

## INSTRUMENTO PROCURATÓRIO

**MARIA DA SILVA SOUZA**, ESTADO CIVIL : DIVORCIADA , PROFISSÃO: APOSENTADA ,portador (a) da cédula de identidade de nº 214.983 SSP/PB e inscrito (a) no CPF de nº 162.116.934-00 residente e domiciliado (a) Rua Santo Antonio , nº 32 , Bairro dos Novais , João Pessoa PB.

### OUTORGADAS:

**MARCIO ANDRE LIMA NOVAES**, OAB/PE: 34.679, AV. Pedro Alvares Cabral, 32, Sala 11, Jardim Atlântico, Olinda – PE.

### PODERES:

*Da cláusula "Ad Judicial" representando a outorgante perante qualquer Juízo, Tribunal ou Órgão Administrativo, podendo ainda, apresentar queixa, assinar, requerer, transigir, desistir, firmar e prestar compromisso, apresentar declarações, requerer, receber e levantar alvarás judiciais, substabelecer o presente instrumento com ou sem reservas de poderes, ou seja, tudo enfim para o bom e fiel cumprimento deste mandato.*

João Pessoa, PB, 04 de Maio de 2015.

  
MARIA DA SILVA SOUZA



## DECLARAÇÃO

**MARIA DA SILVA SOUZA** , ESTADO CIVIL : DIVORCIADA , PROFISSÃO:  
APONSENTADA ,portador (a) da cédula de identidade de nº 214.983 SSP/PB e  
inscrito (a) no CPF de nº 162.116.934-00 residente e domiciliado (a) Rua Santo  
Antonio , nº 32 , Bairro dos Novais , João Pessoa PB. Declaro que, sob as Penas  
da Lei e para quaisquer fins de direito, que não requeri a tutela jurisdicional para  
recebimento do Seguro DPVAT ora pleiteado, em nenhum juízo no Estado de  
Pernambuco, bem como, em outro estado da federação.

João Pessoa/PB, 04 de Maio de 2015


  
MARIA DA SILVA SOUZA.



## DECLARAÇÃO DE POBREZA

**MARIA DA SILVA SOUZA**, ESTADO CIVIL : DIVORCIADA , PROFISSÃO: APOSENTADA ,portador (a) da cédula de identidade de nº 214.983 SSP/PB e inscrito (a) no CPF de nº 162.116.934-00 residente e domiciliado (a) Rua Santo Antonio , nº 32 , Bairro das Novais , João Pessoa PB. De acordo com as Leis n.º 1.060/50 e 7.510/86, para o fim de obter a GRATUIDADE DE JUSTIÇA que não possui condições financeiras para arcar com o ônus das custas processuais e honorários advocatícios, sem prejuízo próprio e de sua família. Declara conhecer que está sujeito às sanções civis, administrativas e criminais previstas na legislação aplicável, em sendo comprovada a falsidade das afirmações supra.

João Pessoa/PB, 04 de Maio de 2015

  
\_\_\_\_\_  
MARIA DA SILVA SOUZA



## SUBSTABELECIMENTO

Substabeleço, Sem reserva de poderes, a Dra. Juliana Albuquerque Magalhães, brasileira, solteira, portadora da OAB/PE 22.820, nos poderes a mim conferidos, por Maria da Silva Souza

Na ação de nº \_\_\_\_\_  
em trâmite na \_\_\_\_\_

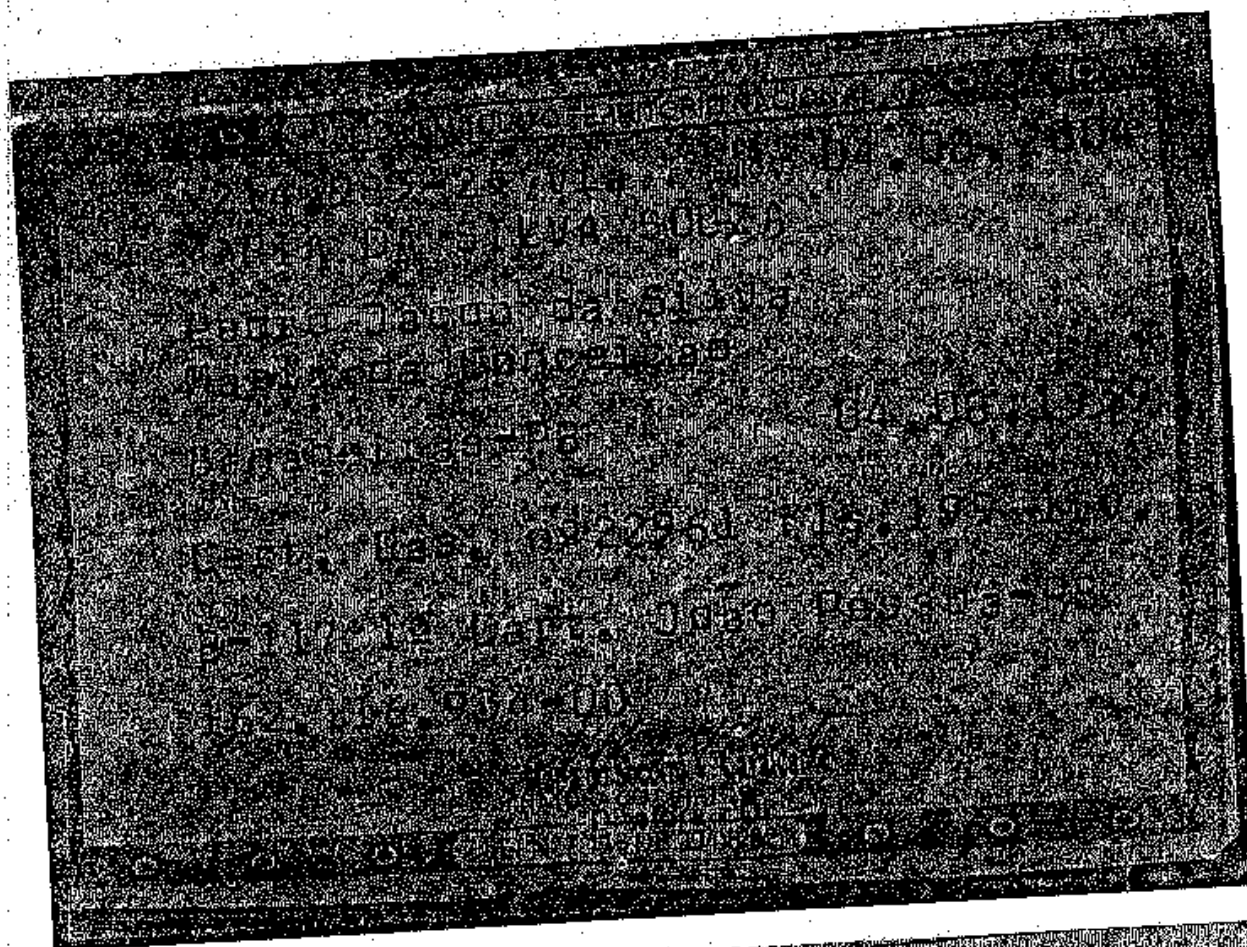
Olinda-PE, 14 de Dezembro de 2015.



Marcio André Lima Novaes

OAB/ PE 34.679







GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA  
SECRETARIA DO ESTADO DA SAÚDE  
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA SENADOR HUMBERTO LUCENA  
DIREÇÃO TÉCNICA



## LAUDO MÉDICO

### INFORMAÇÕES PESSOAIS

NOME DO PACIENTE MARIA DA SILVA SOUZA

DATA DE NASCIMENTO 04/08/39

NOME DA MÃE MARJA DA CONCEIÇÃO

### DADOS EXTRAÍDOS

BOLETIM DE ENTRADA N.º 794.503

Nº PRONTUÁRIO

DATA DO ATENDIMENTO 14/11/2014

HORA DO ATENDIMENTO 18:48

MOTIVO DO ATENDIMENTO ATROPELAMENTO

DIAGNÓSTICO (S) TCE LEVE + TRAUMATISMOS MÚLTIPLOS NÃO ESPECIFICADOS

CID 10 S 00.9 + T 07

### AVALIAÇÃO INICIAL:

Paciente deu entrada neste hospital vítima de atropelamento, apresentando TCE, trauma de face, com edema e equimose periorbitária D, além de dor em região lombar. Glasgow 15. Avaliada pela equipe médica da urgência/emergência.

### EXAMES SOLICITADOS/REALIZADOS:

TC de crânio

TC de face

RX da coluna cervical - AP e P

RX da coluna dorso-lombar - AP e P

USG do abdome total - FAST

### TRATAMENTO:

Suspeita de fratura do assoalho da órbita à TC de face. Sem alterações à TC de crânio, USG e aos RX. Realizado atendimento e tratamento conservador aos cuidados da BucoMaxiloFacial e Neurocirurgia.

ALTA HOSPITALAR: 14/11/14

DATA DA EMISSÃO: 11/03/15

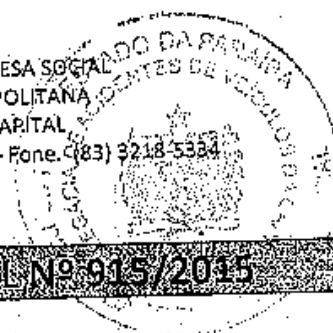
Dr. Ewerton Noronha Teixeira  
CRM: 2516/PB

**ATENÇÃO:** Este documento destina-se à comprovação de atendimento hospitalar para: DML, INSS, EMPRESAS, ESCOLAS, MINISTÉRIO DO TRABALHO e CONTINUIDADE DE TRATAMENTO





GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL  
GERÊNCIA EXECUTIVA DE POLÍCIA CIVIL METROPOLITANA  
DELEGACIA DE ACIDENTES DE VEÍCULOS DA CAPITAL  
Praça Firmino da Silveira, S/N, Varadouro – CEP. 58.010-170 – Fone. (83) 3218-5334



## BOLETIM DE OCORRÊNCIA POLICIAL Nº 915/2015

Aos dezoito dias do mês de março do ano de dois mil e quinze, nesta cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba, na Delegacia de Acidentes de Veículos da Capital, sob a responsabilidade do Delegado de Polícia Fernando Barbosa de Carvalho, comigo escrivão de seu cargo, ao final assinado, aí por volta das 08:37h, compareceu o (a) Senhor (a): **MARIA DA SILVA SOUZA**, brasileira, natural de Bananeiras/PB, Divorciada, com 75 anos de idade, Aposentada, Alfabetizada, filha de Pedro Jacob da Silva e de Maria da Conceição, RG. 214.983-SSP/PB, residente na Rua Santo Antônio, nº 32, Bairro dos Novais, nesta capital, o (a) qual notificou o seguinte: QUE, no dia 14/11/14, por volta das 18:00h, quando atravessava a Rua Santos Estanislau, Bairro dos Novais, nesta cidade de João Pessoa/PB, foi atropelada por uma motocicleta de placa não identificada, tendo a notificante sofrido traumatismo crânio encefálico leve e traumatismos múltiplos não especificados, sendo conduzida ao Hospital de Emergência e Trauma Senador Humberto Lucena onde se submeteu a procedimentos médicos. Por este motivo notificou o fato. O referido é verdade, dou fé.

João Pessoa (PB), 19 de março de 2015.

*Maria da Silva Souza*  
Notificante

Carlos Antônio Duarte Félix  
Escrivão de Polícia Civil  
Mat. 135.662-3

Escrivão





**Poder Judiciário da Paraíba**  
**7ª Vara Cível da Capital**

PROCEDIMENTO COMUM (7) 0850975-54.2016.8.15.2001

**DESPACHO**

Vistos, etc.

Intime-se a parte autora para, no prazo de 15 dias, emendar a inicial, no sentido de comprovar a negativa da seguradora, na via administrativa, demonstrando a pretensão resistida, sob pena de extinção.

JOÃO PESSOA, 25 de janeiro de 2017.

Juiz(a) de Direito





**EXCELENTÍSSIMO SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 7ª VARA CÍVEL DA CAPITAL - ESTADO DA PARAIBA.**

**Processo nº. 0850975-54.2016.8.15.2001**

**MARIA DA SILVA SOUZA**, já devidamente qualificada nos autos do processo acima em epígrafe, vem por suas advogadas, a presença de V. Exa., mui respeitosamente, requerer:

1. 1. A juntada do documento requerido conforme despacho de **ID 6357681**

João Pessoa, 17 de Abril de 2017.

---

**Juliana Magalhães**  
**OAB/PE nº 22.820**



06/05/2015

DPVATOnline

Voltar

**BENEFICIÁRIOS**

Saiba Mais  
Cobertura  
Onde dar entrada  
Tire suas dúvidas  
Projeto Corretor

**Processo**

Megadata: 3150/293484  
Processo: 710054  
Natureza: INVALIDEZ  
Data sinistro: 14/11/2014  
Nome: MARIA DA SILVA SOUZA  
Situação: Processo liberado o pagamento

**Beneficiários**

Nome

MARIA DA SILVA SOUZA

**Históricos**

1. 31/01/15 Situação

23/3/2015 Pré-Cadastro não analisado

27/3/2015 Pré-Cadastro analisado e aprovado

1/4/2015 Proc. enviado p/ digitalização e análise  
da Seg. Líder

30/4/2015 Processo liberado o pagamento

Observações

Data crédito: 04/05/2015 - R\$ 1350,00

**Restrições**

Mais informações

Virtual Informática para Seguros



Poder Judiciário da Paraíba

## DESPACHO

Vistos, etc.

Vistos, etc.

Considerando a impossibilidade de audiência na mediação por falta de perícia passo a decidir: Nos termos do **Convênio n. 015/2014** celebrado entre o Tribunal de Justiça e a Mafre Seguros Gerais S/A, **determino a designação de audiência de conciliação entre as partes com a realização de perícia** a cargo da Seguradora, neste Juízo e Fórum Cível de João Pessoa. Para tanto, determino a escrivania a nomeação perito judicial constante dos quadros do Tribunal de Justiça, nos termos da Cláusula primeira, item 1.2, que deverá ser intimado para comparecer a audiência e realização da perícia, ficando facultado às partes a indicação de assistentes de perito, nos termos do Convênio.

O valor da perícia será de R\$ 200,00 (duzentos reais), a ser pago pela Seguradora, no prazo de 15 dias, a partir da intimação e antes da audiência.

Consigne-se que o não comparecimento injustificado das partes à audiência de conciliação é considerando ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revestida em favor da União ou Estado, nos moldes do art. 334, § 8º, do NCPC.

P. e Intimem-se as partes, devendo o Advogado do autor comparecer acompanhado de seu constituinte.

João Pessoa, 07 de agosto de 2017

Juiz(a) de Direito



Intime-se para audiência de conciliação designada para o dia **24/04/2018 às 16:40 Horas**, na **7ª Vara Cível do Forum, 4º Andar**.

Vistos, etc.

Nos termos do **Convênio n. 015/2014** celebrado entre o Tribunal de Justiça e a Seguradora Lide dos Consórcios do Seguro DPVAT, **determino a designação de audiência de conciliação entre as partes com a realização de perícia** a cargo da Seguradora, neste Juízo e Fórum Cível de João Pessoa.

Para tanto, determino a escrivania a nomeação perito judicial constante dos quadrados do Tribunal de Justiça, nos termos da Cláusula primeira, item 1.2, que deverá ser intimado para comparecer a audiência e realização da perícia, ficando facultado às partes a indicação de assistentes de perito, nos termos do Convênio.

O valor da perícia será de R\$ 200,00 (duzentos reais), a ser pago pela Seguradora, no prazo de 15 dias, a partir da intimação e antes da audiência.

P. e Intimem-se as partes, devendo o Advogado do autor comparecer acompanhado de seu constituinte.



**Poder Judiciário da Paraíba**  
**7ª Vara Cível da Capital**  
**AV JOÃO MACHADO, S/N, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520**  
**JOÃO PESSOA**  
**( )**

**CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO**

**Nº DO PROCESSO:** 0850975-54.2016.8.15.2001

**CLASSE DO PROCESSO:** PROCEDIMENTO COMUM (7)

**ASSUNTO(S) DO PROCESSO:** [ACIDENTE DE TRÂNSITO]

Nome: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

Endereço: AV CAMILO DE HOLANDA, 466, - até 669/670, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-360

De ordem do(a) MM. Juiz(a) de Direito do 7ª Vara Cível da Capital, fica Vossa Senhoria devidamente CITADO(A) por todos os atos do processo acima mencionado, e intimado para comparecer neste juízo, no endereço supra, à audiência de: **Tipo: Conciliação Sala: conciliação Data: 24/04/2018 Hora: 16:40**, ficando advertido(a), desde já, que não comparecimento importará REVELIA, reputando-se verdadeiras as alegações do(a) autor(a)

**DESPACHO**

Vistos, etc.

Vistos, etc.

Considerando a impossibilidade de audiência na mediação por falta de perícia passo a decidir:

Nos termos do **Convênio n. 015/2014** celebrado entre o Tribunal de Justiça e a Mafre Seguros Gerais S/A, **determino a designação de audiência de conciliação entre as partes com a realização de perícia** a cargo da Seguradora, neste Juízo e Fórum Cível de João Pessoa.

Para tanto, determino a escrivania a nomeação perito judicial constante dos quadros do Tribunal de Justiça, nos termos da Cláusula primeira, item 1.2, que deverá ser intimado para comparecer a audiência e realização da perícia, ficando facultado às partes a indicação de assistentes de perito, nos termos do Convênio.

O valor da perícia será de R\$ 200,00 (duzentos reais), a ser pago pela Seguradora, no prazo de 15 dias, a partir da intimação e antes da audiência.

Consigne-se que o não comparecimento injustificado das partes à audiência de conciliação é considerando ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revestida em favor da União ou Estado, nos moldes do art. 334, § 8º, do NCPC.

P. e Intimem-se as partes, devendo o Advogado do autor comparecer acompanhado de seu constituinte.  
JOÃO PESSOA, em 14 de março de 2018.

ROSSANA COELI MARQUES BATISTA  
Servidor

**PARA VISUALIZAR A CONTRAFÉ ACESSE O LINK:** <https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

**NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO:** 1708081644095000000008857385



SEGUE EM ANEXO CARTA DEVOLVIDA



PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

Nº DO PROCESSO: 0850975-54.2016.8.15.2001  
CLASSE DO PROCESSO: PROCEDIMENTO COMUM (7)  
ASSUNTO(S) DO PROCESSO: [ACIDENTE DE TRÂNSITO]  
Representante legal da SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A  
Endereço: AV CAMILO DE HOLANDA, 466, - até 669/670, CENTRO, JOÃO  
PESSOA - PB - CEP: 58013-360 Carta de Int de Aud.

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO A VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE  
☐ EMS  
☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO  
DATE DE LIVRAISON

CARIMBO DE ENTREGA  
UNIDADE DE DESTINO  
BUREAU DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO  
RECEBEDOR / ORGÃO EXPEDIDOR

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /  
SIGNATURE DE L'AGENT

VOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERS

FC0453 / 16

114 x 186 mm



<input checked="" type="checkbox"/> Correto	<input type="checkbox"/> Folgado
<input checked="" type="checkbox"/> Autuado	<input type="checkbox"/> Assento
<input type="checkbox"/> Debitado	<input type="checkbox"/> Não procurado
<input type="checkbox"/> Recusado	<input type="checkbox"/> Endereço insuficiente
<input type="checkbox"/> Não existe número indicado	<input type="checkbox"/> Informação escrita pelo cartório ou sindicato
Reintegrado ao serviço por: em: / /	
Em: / / Alexandre Francisco C. Da Silva	
Carimbo: 114 x 186 mm	

(ETIQUETA OU CARIMBO MP)





TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
DO ESTADO DA PARAÍBA

Nº DO PROCESSO: 0850975-54.2016.8.15.2001  
CLASSE DO PROCESSO: PROCEDIMENTO COMUM (7)  
ASSUNTO(S) DO PROCESSO: [ACIDENTE DE TRÂNSITO]  
Representante legal da SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A  
Endereço: AV CAMILO DE HOLANDA, 466, - até 669/670, CENTRO, JOÃO  
PESSOA - PB - CEP: 58013-360 Carta de Int de Aud.

Inf. para o Remetente

AO REMETENTE

Pessoa, s/n • CEP: 58013-902 - João Pessoa - Paraíba  
3216-1400 • www.tjpb.jus.br



SO DE AMENTO 6207	AR	(CÓDIGO DE BARRAS OU Nº DE REGISTRO DO OBJETO) DJ 49842426 8 BR	
EPOT MAR 2018	TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON		
U DE DEPOT PB	: : h		
COM LETRA DE FORMA	ESTADO DA PARAÍBA		
RAO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE	COMARCA DA CAPITAL		
	2ª VARA CÍVEL		
	FORUM DO VARIO		
	MOACR PORTO		
	AV. JOAO MACHADO		
	S/Nº CENTRO 4º ANDAR		
	FONE 3208-2475		
RA REVOLUÇÃO / ADRESSE			
CALITE	UF BRASIL		
	BRASIL		





segue em anexo termo da audiência realizada



**7<sup>a</sup> VARA CÍVEL**  
**FÓRUM DESEMBARGADOR MÁRIO MOACYR PORTO**  
**AV. JOÃO MACHADO S/N - 5º ANDAR – JAGUARIBE**  
**58.013-520 – JOÃO PESSOA PB**  
**TELEFONE: (83) 3208-2475**

**TERMO DE AUDIÊNCIA**

Data	Hora	Processo	Natureza da audiência
24.04.2018	16:40	0850975-54.2016.815.2001	DPVAT
Juiz de Direito:	JOSÉ CÉLIO DE LACERDA SÁ		
Promovente(s):	MARIA DA SILVA SOUZA		
Promovido(s):	SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT.		
Promotor de Justiça:			
Advogado(s):	PROMOVENTE: – OAB/PB ; PROMOVIDO: – OAB/PB ;		
Presenças:	Também a presença do acadêmico do curso de direito YOHAN RENDRICK SOUSA VITAL.		
Ausências:	PARTES		

**Iniciada a audiência verificou-se a presença das partes e de seus advogados, conforme assentada acima, em seguida o MM Juiz se pronunciou, nos seguintes termos: prova pericial não realizada nesta data, devido ausência não justificada da parte autora. Ambas as partes ausentes a audiência. Falta da juntada aos autos do AR da carta de citação/intimação, não havendo como determinar a sua citação. Aplico multa de 2% sobre o valor da causa a parte autora, nos termos do art. 334, §8º do CPC, que deverá ser revertido em favor da Fazenda Pública do Estado da Paraíba. Determino a intimação da parte autora, através de seu advogado, para demonstrar interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 10 dias, justificando a ausência da parte autora, e comprovando sua intimação, nos termos do art. 334, §3º do CPC, sob pena de extinção do feito.**

Cientes e intimados os presentes. Nada mais a tratar, mandou o MM juiz encerrar o presente termo, que vai devidamente assinado pelos presentes.

\_\_\_\_\_  
Juiz de Direito

PROMOVENTE:

ADV. DO AUTOR:

PROMOVIDO :

ADVOGADO DO PROMOVIDO:

João Pessoa, 24 de ABRIL de 2018.



Nos termos do despacho judicial ultimo, proferido em audiência, intimo a parte autora para, no prazo de 10 dias, manifestar interesse no feito, e informar o motivo da ausência a audiência anteriormente designada, sob pena de extinção do feito.



## CERTIDÃO

*Certifico que **decorreu** o prazo legal sem manifestação da parte.*

JOÃO PESSOA

1 de agosto de 2019

ADALBERTO SARMENTO DE LIMA SILVA





**Poder Judiciário da Paraíba**

**7ª Vara Cível da Capital**

**Intime-se a parte autora, pessoalmente, para, no prazo de 5 dias, manifestar interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção.**



**7ª Vara Cível da Capital**  
**AV JOÃO MACHADO, S/N, - até 999/1000, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520**  
**JOÃO PESSOA**  
**( )**

Nº do processo: 0850975-54.2016.8.15.2001  
Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)  
Assunto(s): [ACIDENTE DE TRÂNSITO]

Autor: Nome: MARIA DA SILVA SOUZA  
Endereço: R SANTO ANTÔNIO, 32, OITIZEIRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58088-130

Réu: Nome: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A  
Endereço: AV CAMILO DE HOLANDA, 466, - até 669/670, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-360

**MANDADO DE INTIMAÇÃO**  
**(AUTOR)**

O MM. Juiz de Direito da 7ª Vara Cível da Capital manda ao oficial de justiça que, em cumprimento a este, intime, pessoalmente, a parte da AUTORA Nome: MARIA DA SILVA SOUZA no Endereço: R SANTO ANTÔNIO, 32, OITIZEIRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58088-130 para os termos do despacho abaixo e em anexo.

**Intime-se a parte autora, pessoalmente, para, no prazo de 5 dias, manifestar interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção.**

Assinado eletronicamente por: JOSE CELIO DE LACERDA SA  
12/08/2019 14:34:20  
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>  
ID do documento: 23418718

190812143417748000000  
22701209

JOÃO PESSOA, em 6 de setembro de 2019.

De ordem, ROGERIO FELICIANO DA SILVA  
Mat.



## CERTIDÃO

Certifico que em cumprimento ao mandado retro, dirigi-me ao endereço indicado e deixei de INTIMAR a Sra. Maria da Silva Souza, por não encontrá-la, pois a casa encontra-se fechada com um pedreiro de nome Adjailson, que informou que a casa pertence ao Sr. Marquinhos e não conhecia ou ouvirá falar da Sra. Maria da Silva. Portanto devolvo o presente após as diligências cabíveis. O referido é verdade e dou fé.

João Pessoa, 10 de setembro de 2019

Marcos Antonio Martins de Lacerda  
Oficial de Juitça



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 7ª VARA CÍVEL DA CAPITAL /PB.**

**Processo nº 0850975-54.2016.8.15.2001.**

MARIA DA SILVA SOUZA, devidamente qualificado, nos autos da Ação de Cobrança que move contra SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS S/A, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, por sua procuradora ao final assinada, vem, respeitosa e tempestivamente, à presença de V. Ex<sup>a</sup>., informar que a parte autora não atualizou os endereços e telefones, ficando a causídica impossibilitada de contato, e sendo assim requer o julgamento do feito no estado em que se encontra, pugnando, mormente, pela suspensão da exigibilidade das custas processuais e sucumbenciais nos termos do artigo 98, §§ 2º e 3º do Novo CPC.

Nestes Termos,

Pede Deferimento.

Recife, 19 de novembro de

2019.

---

Juliana Magalhães  
OAB/PE nº 22.820







**Poder Judiciário da Paraíba**  
**7ª Vara Cível da Capital**

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0850975-54.2016.8.15.2001

**DESPACHO**

Vistos, etc.

Intime-se a parte autora para, no prazo de dez dias, requerer o que entender ser de direito.

JOÃO PESSOA, 20 de maio de 2020.

Juiz(a) de Direito



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 7ª VARA CÍVEL DA CAPITAL /PB.**

**Processo nº 0850975-54.2016.8.15.2001.**

MARIA DA SILVA SOUZA, devidamente qualificado, nos autos da Ação de Cobrança que move contra **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS S/A**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, por sua procuradora ao final assinada, vem, respeitosa e tempestivamente, à presença de V. Ex<sup>a</sup>., informar que a parte autora não atualizou os endereços e telefones, ficando a causídica impossibilitada de contato, e sendo assim requer o julgamento do feito no estado em que se encontra, pugnando, mormente, pela suspensão da exigibilidade das custas processuais e sucumbenciais nos termos do artigo 98, §§ 2º e 3º do Novo CPC.

Nestes Termos,

Pede Deferimento.

Recife, 15 de junho de

2020.

---

Juliana Magalhães  
OAB/PE nº 22.820





**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA**  
**7ª Vara Cível da Capital**

---

PROCESSO Nº 0850975-54.2016.8.15.2001  
PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)  
[Acidente de Trânsito]

AUTOR: MARIA DA SILVA SOUZA  
REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

**CERTIDÃO DE JUNTADA DE DOCUMENTO**

Certifico e dou fé que, nesta data, faço JUNTADA aos presentes autos do(s) documento(s) pela parte autora

7ª Vara Cível da Capital-Pb, 16 de junho de 2020.

ROSSANA COELI MARQUES BATISTA  
Técnico Judiciário



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA  
COMARCA DE JOÃO PESSOA**

**Juízo do(a) 7ª Vara Cível da Capital**

AV JOÃO MACHADO, S/N, - até 999/1000, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP:  
58013-520

Tel.: ( ) ; e-mail:

Telefone do Telejudiciário: (83) 3216-1440 ou (83) 3216-1581

v.1.00

**SENTENÇA**

**Nº do Processo: 0850975-54.2016.8.15.2001**

Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

Assuntos: [Acidente de Trânsito]

AUTOR: MARIA DA SILVA SOUZA

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Vistos, etc.

**I RELATÓRIO**

Cuida-se de ação de cobrança de seguro DPVAT, envolvendo as partes acima nominadas, ambas qualificadas e representadas por advogados constituídos, onde a parte autora alega, em suma, na inicial, ter sofrido acidente de trânsito que lhe acarretou debilidade permanente da estrutura crânio facial.

Alega que, em face disto, postulou na seara administrativa o recebimento do seguro em tela, ocasião na qual a seguradora pegou a quantia de R\$ 1.350.00, sendo, segundo a manifestação da parte, valor inferior ao que teria direito.

Aduz, ainda, que o valor correto para recebimento corresponde a R\$ 12.150,00, sendo este referente à diferença do que fora recebido administrativamente e o que alega ser devido.

Para tanto, requereu a produção de prova pericial no intuito de demonstrar as sequelas decorrentes do acidente de trânsito.

O promovido não chegou a ser citado, tendo em vista o endereço está desatualizado, segundo informação do funcionário dos correios e telégrafos (id 14814642).

As partes não compareceram à audiência conciliatória designada (id. 19631105).

**É O BREVE RELATÓRIO.**

**DECIDO.**

**II FUNDAMENTAÇÃO**

Colhe-se da inicial que a parte autora postula o recebimento da complementação do seguro DPVAT, entendendo que recebeu quantia inferior à devida.

Para tanto, postulou a parte autora a realização de perícia, no intuito de comprovar seu direito atinente à complementação do seguro.

Ocorre, todavia, que a parte autora, mesmo devidamente intimada para comparecimento à perícia e audiência previamente designadas (id 13073167), não compareceu ao ato, devendo-se observar, ainda, que a parte autora foi intimada, sendo infrutífera a diligência.

Ainda assim, após a audiência, a parte autora foi intimada através de seu advogado, porém deixou escoar o prazo para justificar ausência (id 23195260), sem qualquer manifestação.

Verifica-se que este Juízo determinou nova intimação, desta vez pessoal, no entanto a parte não foi localizada no endereço indicado na inicial, ficando esvaziada a diligência, prejudicando o andamento regular do processo, e a realização da perícia médica, indispensável para mensurar a debilidade da promovente.

Nesse contexto, ressoa, inegavelmente, que a parte autora não logrou êxito em comprovar suas

alegações, remanescendo, assim, a regra na qual estabelece que cabe à autora a comprovação dos fatos constitutivos do seu direito, nos moldes preconizados no artigo 373, inciso I, do CPC.

### **III DISPOSITIVO**

Isto posto e do mais que constam nos autos, **JULGO IMPROCEDENTE** os pedidos formulados na inicial, nos termos do artigo 487, inciso I, do CPC.

Custas processuais e honorários advocatícios pelo promovente, observando-se, contudo, as disposições do art. 98, § 3º, do NCPC, pelo que **SUSPENDO** a exigibilidade da cobrança das custas e honorários ao promovente.

**Publique-se, registre-se e Intimem-se.**

Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe.

Cumpra-se.

JOÃO PESSOA-PB, data do protocolo eletrônico.

**JOSE CELIO DE LACERDA SA**  
**Juiz(a) de Direito**